

ACUPUNTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE REVITALIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL – o caso de estudo do nordeste algarvio...

URBAN ACUPUNCTURE AS A RURAL REVITALIZATION STRATEGY –
the case study of the Northeastern Algarve...

Luís Loures

Escola Superior Agrária de Elvas – IPP
lcloures@esaelvas.pt; lcloures@gmail.com

Resumo

As aldeias do Algarve desde cedo se afirmaram como lugares privilegiados de interação de valores, possuindo no seu património natural e construído, na sua história e na sua cultura, um potencial capaz de criar dinâmicas na paisagem rural e no território. Esta riqueza cultural, económica e social atravessa, contudo, dificuldades resultantes de um modelo de desenvolvimento que desfavorece estes espaços e tende a inviabilizar os sistemas produtivos tradicionais, promovendo uma visível redução dos dinamismos sócio-demográficos e económicos no interior da região. Neste contexto, várias têm sido as medidas e programas propostos nas últimas décadas como objectivo de revitalizar estes espaços através da implementação de políticas activas de qualificação do urbanismo rural e de dinamização económica, social e cultural, que permitam garantir a qualidade de vida das populações, preservando os seus valores e reabilitando, quer as actividades produtivas tradicionais, quer outras compatíveis que possam valorizar a vida da aldeia.

No presente artigo aborda-se o “*Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve*” com o objectivo de evidenciar como, a partir da aplicação de um conjunto de acções pontuais e concertadas sobre o território, é possível afirmar as aldeias como espaços onde se pode viver melhor e beneficiar de um padrão residencial de qualidade.

Palavras-chave: baixa densidade, Algarve, revitalização, identidade local.

Key-words: low density, Algarve, revitalization, local identity.

1. Introdução e Objectivos

As aldeias do Algarve constituem lugares privilegiados de interacção de valores, possuindo no seu património natural e construído, na sua história e na sua cultura, um potencial capaz de criar dinâmicas na paisagem rural e no território. Esta riqueza cultural, económica e social atravessa dificuldades resultantes de um modelo de desenvolvimento que desfavorece aqueles espaços e tende a inviabilizar os sistemas produtivos tradicionais. De qualquer modo, o interior do Algarve apresenta uma estrutura urbana equilibrada, com pequenos aglomerados populacionais distribuídos com regularidade no território, com vivência própria, onde se desenvolve um conjunto de actividades que pode e deve ser valorizado, através de um quadro de intervenção que permita sustentar o êxodo rural, reanimar os recursos locais e atrair novas capacidades. Surge, neste contexto, a necessidade de implementar uma política activa de qualificação do urbanismo rural e de dinamização económica, social e cultural, que permita garantir a qualidade de vida das populações, preservando os seus valores e reabilitando, quer as actividades produtivas tradicionais, quer outras compatíveis que possam valorizar a vida da aldeia.

O presente artigo procura assim mostrar como, a partir da caracterização e interpretação dos espaços rurais do Nordeste algarvio e através de acções específicas (como são disso exemplo os projectos de requalificação desenvolvidos para a freguesia de Cachopo, concelho de Tavira), é possível afirmar as aldeias como espaços onde se pode viver melhor e onde se pode beneficiar de um padrão residencial de qualidade, através da implementação de um conjunto de intervenções capazes de reforçar a identidade local, perpetuando a transmissão dos conhecimentos tradicionais que tendem a desaparecer com o passar do tempo.

Neste sentido, as orientações propostas no Plano Estratégico para as Áreas de baixa Densidade do Algarve (entendidas aqui como as zonas que correspondem tradicionalmente à Costa Vicentina, ao Barrocal, à Serra e ao baixo Guadiana, nas quais predominam as características rurais, que se traduzem num elevado envelhecimento da população, numa densidade populacional extremamente baixa, e numa dependência quase total do sector primário, nomeadamente da agricultura) compreendem a integração destas áreas, neste caso através de um exemplo específico, no modelo de desenvolvimento económico e social Algarvio (AMAL, 1999), na perspectiva de tirar o melhor partido do valioso património natural e ambiental que estas possuem.

Pretende-se, com este estudo, compreender a intervenção num espaço em transformação, que não deverá, no entanto, perder a sua identidade, centrando-se na problemática da requalificação rural e nas estratégias a desenvolver para intervir conscientemente nos espaços abertos que definem a estrutura do espaço e que reflectem a cultura dos seus habitantes ao longo do tempo. A caracterização das Áreas de Baixa Densidade tem assim como objectivo facilitar a compreensão das transformações que ocorrem à escala do território, bem como dos factores socioculturais e dos mecanismos que as influenciaram, pelo que a abordagem deve encarar acções estruturadas, privilegiando a interpretação espacial das intenções corporizadas no Plano Estratégico

para as áreas de Baixa densidade do Algarve (Freitas, 2002). Neste sentido, torna-se crucial a recolha de informação capaz de apoiar a reflexão sobre as áreas deprimidas do interior Algarvio e sobre a forma como o espaço rural tem evoluído ao longo das várias gerações.

Paralelamente, a proposta para uma intervenção à escala local é, neste contexto, uma acção indispensável à reconstituição de uma nova paisagem, harmoniosa e sustentável, sendo, no entanto, fundamental a sua articulação a nível regional com o Plano Estratégico para as áreas de Baixa densidade do Algarve, uma vez que a estratégia regional, centrada no complexo de actividades de turismo e lazer, visa fomentar a competitividade territorial e o reforço da coesão social, onde se incluem intervenções conscientes para sustentar as actividades rurais (Freitas, 2002).

Pretende-se assim demonstrar, através do presente estudo, que a valorização da cultura e do património, a fixação de equipamentos estruturantes e o enriquecimento das produções tradicionais podem fomentar a competitividade territorial das áreas de baixa densidade.

2. Materiais e Métodos

A abordagem metodológica utilizada teve por base um conjunto de acções estruturadas, que privilegiam a interpretação espacial das medidas e das intervenções que corporizam a estratégia. Neste sentido, e de modo a permitir uma melhor aproximação aos objectivos supramencionados, a metodologia utilizada dividiu-se em três níveis distintos:

- o primeiro, de recolha de informação referente às áreas de baixa densidade do interior algarvio, quer junto das entidades competentes, quer junto dos principais beneficiários da intervenção (a população), de forma a apoiar esta reflexão, destacando, referenciando e sistematizando uma série de aspectos que caracterizam a paisagem rural e que podem e devem servir de base à elaboração da proposta. Caracterizando os processos e os níveis de intervenção, através dos quais se procede às transformações que operam ao nível do território.

- o segundo, de análise dos principais condicionalismos inerentes à dinâmica socioeconómica da área a intervir, bem como das conjunturas culturais impressas na paisagem realizando, para o efeito, inúmeras visitas ao local, dialogando com a população de modo a compreender quais as principais oportunidades e ameaças das áreas em estudo. Este ponto deverá privilegiar a recolha de informação junto da população e daqueles que memorizam ainda os processos construtivos tradicionais, também eles património, elementos fundamentais à elaboração das propostas de intervenção, cujo registo é possível, graças ao testemunho daqueles que conhecem ainda o porquê destas formas de ocupação no espaço.

- o terceiro, de concepção, tendo por base os dois níveis anteriores e a caracterização física do espaço das aldeias e do seu território de influência. A este nível, importa referir que o objectivo desta abordagem compreende a realização de um estudo prévio, que

reflecta o esquema metodológico proposto e que possa informar e servir de base a estudos de natureza semelhante.

3. Enquadramento Geral

A problemática do desenvolvimento do interior do Algarve ocupou e preocupou várias gerações de técnicos e políticos. No século XX, alguns dos estudos efectuados (Cabral, 1986; Bastos, 1993) reflectiam já sobre essa problemática, apresentando diversas soluções. No entanto, as iniciativas políticas que, ao longo dos tempos foram sendo adoptadas, ficaram sempre aquém das expectativas.

Neste sentido, reconhece-se que a criação de uma política integrada de desenvolvimento sustentável do interior (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve – PROTAL) foi fundamental para levar à prática acções coordenadas em domínios essenciais, como os que associam as intervenções orientadas para o desenvolvimento e dinamização económica, com a concretização de infra-estruturas essenciais e com a melhoria das condições de vida das populações (Guerreiro, 2003).

A importância e a necessidade da implementação destas políticas, assume no Algarve um papel preponderante, não só porque as áreas de baixa densidade constituem aproximadamente dois terços da região, mas também “porque o interior do Algarve tem assistido a um processo longo e continuado de natureza regressiva, largamente decorrente da competitividade desigual por parte do litoral” (AMAL, 1999).

Estas características são sobretudo evidenciadas pela “evolução populacional negativa, pela debilidade da base produtiva e pelas deficientes infra-estruturas e equipamentos no âmbito das acessibilidades, condições de vida e apoio empresarial” (Freitas, 2002). Não obstante, as orientações estratégicas propostas (Guerreiro, 2003) devem compreender a integração das áreas de baixa densidade no modelo de desenvolvimento económico e social Algarvio, na perspectiva de tirar o melhor partido do valioso património natural e ambiental que possui.

Uma vez que no meio rural o espaço público se articula em função de uma lógica determinada, constituindo um sistema que estrutura o tecido edificado, toda e qualquer intervenção neste espaço implica um profundo conhecimento das condições que originaram o seu aparecimento e a sua funcionalidade, de modo a evitar intervenções inconsequentes, desenquadradas e passíveis de alterar o seu verdadeiro significado. “A produção do espaço não pode ser unicamente resolvida pelos níveis da planificação regional e urbana e da realização das construções. A etapa intermédia do desenho é indispensável. (...) As formas não têm a ver com concepções estéticas, ideológicas, culturais ou arquitectónicas, mas encontram-se indissociavelmente ligadas a comportamentos, à apropriação e utilização do espaço, e à vida comunitária dos cidadãos” (Lamas, 2004).

4. O Caso de Estudo de Alcaria Queimada – Freguesia de Vaqueiros, Concelho de Alcoutim

Alcaria Queimada (figura 31) é um “monte” do Nordeste algarvio, que se insere na freguesia de Vaqueiros, no sudoeste do concelho de Alcoutim, ocupando uma encosta serrana, localizada a Sul da ribeira da Foupana. A envolvente do “monte” é caracterizada por uma paisagem xistosa, com um coberto vegetal de juncos, loendros, choupos e esteva, onde se podem também avistar pinheiros, sobreiros, azinheiras e medronheiros.

A freguesia de Vaqueiros, na qual se insere a aldeia em análise, tem vindo a diminuir a sua população residente, facto que também se verifica no resto do concelho de Alcoutim. O número de habitantes, de acordo com o último censo, é de 694, sendo que destes apenas 38 residem em Alcaria Queimada bem inferior aos 1172 habitantes do censo de 1981. Com uma população rarefeita e envelhecida, tendência que se vem acelerando nas últimas duas décadas, a freguesia de Vaqueiros apresentava um elevado índice de envelhecimento, cerca de 205% em 1991, e um índice de dependência também bastante elevado atingindo os 80%.

Nesta freguesia, as actividades agrícolas e agro-florestal apresentam-se como dominantes, sendo de referir que a população activa está ligada fundamentalmente ao sector primário, tendência que se tem acentuado nos últimos anos com o envelhecimento da população. É de referir que, em 1999, mais de 70% da população da freguesia, aparece recenseada como população agrícola. Em 1999, estavam recenseadas 272 explorações agrícolas, e uma superfície agrícola utilizada de cerca de 1 930 hectares.

No monte de Alcaria Queimada não se regista a existência nem de estabelecimentos comerciais nem de serviços privados, sendo no entanto possível, encontrar actividades ligadas ao comércio ambulante que servem quer o monte em estudo quer os montes que o rodeiam. Relativamente a infra-estruturas, o monte é servido por rede de electricidade, redes domiciliárias de água, de esgotos, e rede de telecomunicações (fixa e móvel). No que diz respeito ao património cultural de carácter religioso, a Capela de São Bento, constitui o elemento central do monte. A implementação de um empreendimento turístico relevante nesta área do concelho, vocacionado para o turismo desportivo, cinegético e de natureza, sugere a necessidade de apostar na requalificação do património natural e arqueológico e na criação de circuitos integrados, devidamente equipados e sinalizados, iniciativas que no seu todo poderão ser geradoras de dinamismo local.

No que diz respeito à fundação do monte de Alcaria Queimada, supõem-se que surgiu durante o período Muçulmano, continuando a tradição da ocupação romana das zonas de exploração mineira, período no qual se edificaram vários povoados, normalmente designados por Alcarias, de entre as quais se destaca o monte de Alcaria Queimada, assente geologicamente na parte meridional do maciço Ibérico, mais concretamente na faixa piritosa da cintura Hispano-Portuguesa. Esta zona é bastante homogénea quanto às suas características geológicas, estando marcada por um conjunto

de xistos e grauvaques.

A rede hidrográfica envolvente pertencente à bacia do rio Guadiana, possui uma presença muito marcada, graças ao regime pluviométrico que aqui se faz sentir: linhas de drenagem bastante sulcadas e cursos de água de caudal intermitente e torrencial, na época chuvosa, que se encontram geralmente secos durante a época estival. Na envolvente próxima de Alcaria Queimada é de destacar a presença de três linhas de água principais (Ribeira da Foupana, Barranco do Monte e Barranco do Ronco), que de forma mais ou menos vincada constituem, de acordo com a população local, o limite geográfico da área de influência do monte. A relação do núcleo edificado com o espaço de utilização agrícola associado, reveste-se de suma importância, sendo de destacar a existência de uma “cintura” de cercas, hortas e pomares que envolve o monte, e de um conjunto de hortas a nascente do barranco do monte e a sul da ribeira da Foupana, adquirindo grande importância nessa relação os eixos de ligação entre as hortas e o povoamento. É evidente a distinção entre a cerca e a horta nomeadamente no que se relaciona com a proximidade ou distância da água, sendo lógico que as culturas de regadio se encontrem nas hortas e que as cercas sejam mais usadas no sequeiro e em pastagens para animais.

A preservação do solo agrícola associado ao seu valor como espaço produtivo e conformado pela imagem de “cerca” reflecte a ausência de maciços rochosos à superfície. Por outro lado, a edificação surge aqui associada ao afloramento rochoso que constitui a sua fundação, poupando desta forma, o solo arável e ocupando um espaço que não poderia ser, de outro modo, produtivo. A alternância dos maciços rochosos e do solo com aptidão agrícola é portanto visível na forma do aglomerado, sendo o monte de Alcaria Queimada à semelhança do que acontece com outros montes e aldeias do Nordeste Algarvio o reflexo do suporte geológico onde assenta.

4.1. Breve Caracterização do Edificado

O conjunto edificado caracteriza-se pela unidade morfológica, na qual predominam habitações de um piso de alvenaria de xisto com telhado de uma só água, de telha vã tradicional assente em barrotes e ripado ou caniço. Verifica-se em áreas de maior proximidade das hortas uma maior concentração de edifícios de apoio às actividades agrícolas, sendo que a função habitacional se concentra no “interior”, associada à rua. As ruas originalmente de calçada de xisto, rocha natural ou terra têm sido progressivamente cobertas por pavimento betuminoso. Os muros, predominantemente de alvenaria de xisto, adquirem grande importância na conformação do espaço público, dada a importância da “cerca” na estrutura espacial do monte, devendo nesse sentido serem considerados aquando da intervenção.

Também aqui, à semelhança do que acontece em vários montes e aldeias do Nordeste algarvio, o espaço livre está profundamente relacionado com o espaço da “cerca” e com o espaço do arruamento. A rua constitui o espaço público de encontro associado ao poial e ao forno. O monte é fortemente marcado por uma estrutura que se

rende à produtividade da terra, sendo que todos os espaços onde esta produz foram cercados por muros de xisto. Na envolvente da aldeia domina o montado de sobro e uma vegetação arbórea dispersa onde se podem encontrar oliveiras, alfarrobeiras e amendoeiras. São ainda evidentes os impactes do processo de florestação de pinheiros, bem como alguns eucaliptos.

4.2. Proposta De Intervenção

Na elaboração da proposta tornou-se essencial a definição do perímetro e da estratégia de intervenção, sendo estes, o resultado do enquadramento e caracterização geral do monte, através da leitura e identificação dos valores da área de influência e da sua relação com a paisagem. A caracterização do espaço público aparece enquadrada pelo propósito da definição dos processos de intervenção no espaço urbano, podendo constituir uma matéria útil à elaboração dos projectos técnicos. Tendo em conta a dimensão e a forma específica de Alcaria Queimada, considerou-se necessária a intervenção em todo o perímetro do núcleo edificado, garantindo, através de intervenções pontuais, não só a reabilitação do espaço público, mas também o reforço da unidade de conjunto. A estratégia de intervenção reflectirá, nesse sentido, as características específicas do monte, através do desenvolvimento de um conjunto de propostas que favoreçam:

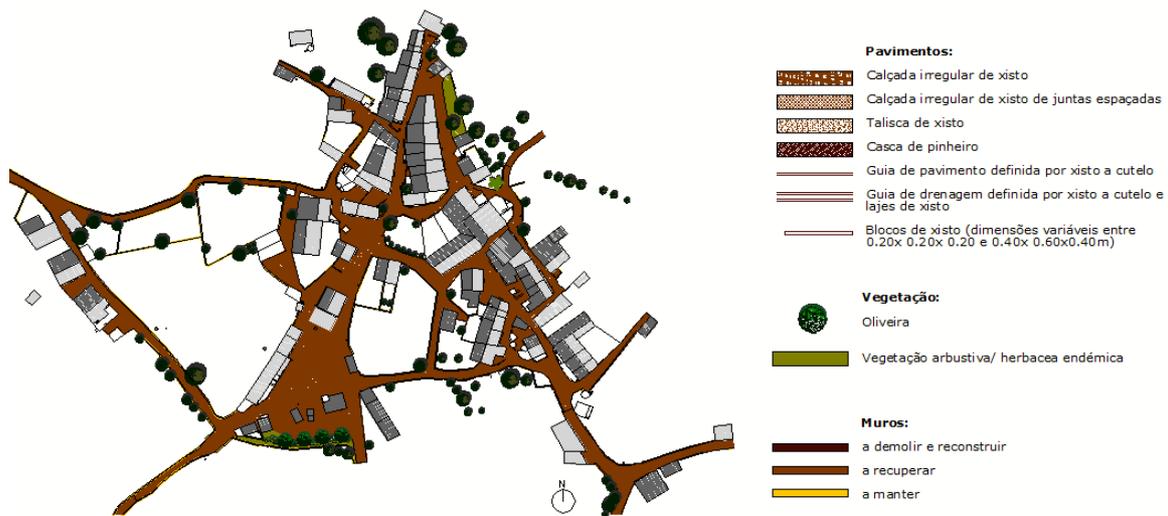
- as condições de vida da população local, atraindo novos residentes;
- a revitalização económica e a valorização das artes e ofícios tradicionais;
- e a preservação do património natural e cultural enquanto importante factor de desenvolvimento local.

Uma vez especificadas as propostas gerais para a elaboração do projecto, toda a fase de concepção teve por base a reflexão teórica elaborada com o objectivo de encontrar novas formas de abordagem para o desenvolvimento do espaço rural através de um conjunto de projectos específicos. Assim, e como os aglomerados “urbanos” são na sua estrutura fortemente determinados pelas características naturais do sítio que lhe deu origem, torna-se essencial compreender o sistema de referências construído a partir da relação que alguns elementos estruturantes estabelecem com o lugar.

O estudo prévio desenvolvido assume-se como uma forma de atingir os objectivos teóricos enunciados ao longo do presente artigo. Neste sentido, a estrutura de valorização do património cultural e natural decorre da leitura dos recursos existentes, pelo que a intervenção no monte de Alcaria Queimada constitui, a este nível, uma intervenção determinante de valorização e salvaguarda daquele que pode ser considerado um dos núcleos do Nordeste Algarvio com maior valor de património de conjunto. A proposta desenvolvida para o núcleo urbano integra (Figura 01) três vertentes complementares fundamentais, como sejam a intervenção ao nível dos espaços exteriores, a intervenção ao nível do conjunto edificado, e a intervenção nas infra-estruturas, considerando nomeadamente o enterramento das infra-estruturas aéreas

existentes. Neste sentido, a proposta desenvolvida pretendeu não só valorizar o património histórico, arquitectónico, urbanístico e paisagístico serrano, através da preservação dos valores do aglomerado e a sua envolvente paisagística, mas também responder às necessidades locais, evidenciadas aquando da realização dos planos de intervenção.

Figura 1 – Plano geral para Alcaria Queimada



A este nível propõe-se:

- a requalificação dos espaços públicos através da valorização das zonas de estadia, privilegiando os eixos visuais de maior interesse, e promovendo a diminuição dos impactes provocados pelo acesso e atravessamento automóvel;
- a recuperação do espaço produtivo na envolvente próxima do aglomerado, promovendo a reutilização das “cercas”
- a reconstrução e consolidação dos muros de alvenaria de xisto existentes na envolvente do aglomerado, fortalecendo a relação do monte com as áreas de utilização agrícola.
- a repavimentação com calçada de xisto dos arruamentos e do largo da Ermida de São Bento, valorizando o espaço público e fomentando a função de encontro da rua e do largo, enquanto espaços de vizinhança.

Para além das intervenções pontuais apresentadas, o reforço da rede de estruturas de utilização colectiva e a qualificação dos espaços públicos contribuirá não só para a melhoria das condições de vida das populações, mas também a constituição de um conjunto de condições viabilizadoras dos processos de dinamização das actividades económicas. Paralelamente, o incremento das actividades de turismo cultural poderá ainda constituir um suporte ao desenvolvimento de novas actividades económicas, como

aquelas decorrentes da criação de estruturas de alojamento.

5. Conclusão

O presente artigo permite concluir que, embora o interior algarvio atravessasse dificuldades de carácter socioeconómico, resultantes de um modelo de desenvolvimento que favorece nitidamente o litoral em detrimento do interior, a implementação de propostas integradas no Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve, permite sonhar que ainda é possível recuperar estas áreas, através da criação de condições de fixação da população, reabilitando as actividades produtivas tradicionais.

Adicionalmente, embora os problemas mencionados sejam evidentes, o interior do Algarve apresenta uma estrutura urbana equilibrada, com pequenos aglomerados populacionais, distribuídos com regularidade no território, com vivência própria, onde se desenvolve um conjunto de actividades que pode e deve ser valorizado, através de um quadro de intervenção que permita sustentar o êxodo rural, reanimar os recursos locais e atrair novas capacidades.

Assim, pode concluir-se que neste tipo de intervenção é essencial a perspectiva de que as potencialidades de cada território não são definidas apenas pela presença de maior ou menor quantidade de recursos, mas principalmente pela capacidade de associar o desenvolvimento local à valorização dos recursos que efectivamente dispõe. Quer isto dizer que todos os territórios têm os seus próprios recursos, a questão reside apenas na aplicação de políticas adequadas, capazes de os valorizar e de dinamizar as comunidades.

Neste sentido verifica-se que o desenvolvimento de um conjunto de intervenções articuladas poderá contribuir para transformar as aldeias do Algarve em lugares privilegiados de interacção de valores que a partir de uma caracterização e interpretação apropriadas, poderão afirmar-se como espaços onde se pode viver melhor.

Porém, este tipo de intervenção, embora profícua, não é suficiente, pois tal como se tentou demonstrar, a revitalização das áreas de baixa densidade passa, antes de mais, pelo desenvolvimento de uma política activa de qualificação económica, social e cultural, que defina programas sociais de emprego, habitação e inserção social, apoiados por uma rede de transportes e uma rede de serviços coerente. Estas políticas devem assim colmatar as necessidades de forma eficiente, promovendo medidas que fomentem a diminuição das assimetrias Litoral/Interior tomando sempre em linha de conta a valorização dos recursos endógenos, num contexto histórico e social definido, no qual a acupuntura urbana, *i.e.* o conjunto de intervenções pontuais poderá constituir uma mais-valia considerável ao nível do desenvolvimento do interior algarvio.

6. Referências Bibliográficas

Associação de Municípios do Algarve (AMAL), 1999. Plano Estratégico de Desenvolvimento da Região do Algarve.

Bastos, C., 1993. Os Montes do Nordeste Algarvio, Edições Cosmos.

Cabral, J. M., 1986. O Seareiro algarvio e as características do meio em que se trabalha, ALGHARB, Estudos regionais Faro.

Freitas, M., 2002. Plano Estratégico para as Áreas de Baixa Densidade do Algarve - volume 1, Ed. Comissão de Coordenação da Região do Algarve.

Guerreiro, J. P., 2003. O Ordenamento do Algarve. Sociedade e Território 34, 78-88. Edições Afrontamento.

Lamas, J. R., 2004. Morfologia Urbana e desenho da Cidade, 3ª edição Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.